

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO N.º 212/2022 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PIRES.

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **S.A.S. SUPPORT ADVANCED SECURITY EM TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização de curso de formação de Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires, oriundo do Pregão Presencial n.º 047/2022 e Processo de Compras n.º 614/2022.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Sr. Daniel Gonçalves do Carmo Júnior e, de outro lado a empresa **S.A.S. SUPPORT ADVANCED SECURITY EM TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME**, estabelecida na Rua Maria Paula, n.º 122, 4º andar, conjunto 409, sala 04, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01319-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.251.868/0001-79, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Alex Sandro da Silva, portador da Cédula de Identidade RG n.º 34.676.508-0, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 288.606.778-40, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A CONTRATADA, nos termos do presente, obriga-se a realizar curso de formação de Guardas Cíveis Municipais de Ribeirão Pires, conforme descrição constante dos anexos, que fazem parte integrante deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

2.1. Com a execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATADA receberá as quantias individuais, constantes de sua proposta readequada, inserta às fls. 237, do Processo de Compras n.º 614/2022, perfazendo um total para o presente Termo de Contrato de **R\$ 542.100,00** (quinhentos e quarenta e dois mil e cem reais).

2.2. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 06.181.0006.2.012, referente ao exercício de 2022 e exercício vindouro.

2.3. Nos preços cotados deverão estar computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

2.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo da vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de emissão da primeira “ordem de serviços”, emitida pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, prorrogáveis conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, caso haja concordância entre as partes.

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período contratual de 12 (doze) meses. Após esse período, caso necessário, poderá ocorrer prorrogação e os preços poderão ser objeto de atualização financeira, desde que a prorrogação não ocorra por culpa da CONTRATADA, hipótese, na qual, será aplicada o IPC-FIPE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar suas dependências e instalações e fornecer todo o material necessário ao processo de avaliação.

4.2. A prestação dos serviços deverá ser efetuada de acordo com a solicitação escrita enviada pela CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA deverá fornecer a respectiva Nota Fiscal/Recibo, devidamente acompanhado da solicitação de prestação do serviço, que será conferida por funcionários responsáveis da CONTRATANTE.

4.4. A prestação dos serviços deverá obedecer às discriminações constantes dos anexos do edital ao qual se refere o presente Termo.

4.5. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

4.6. Será rejeitada a Nota Fiscal/Recibo emitida caso se constate divergência nos serviços solicitados pela CONTRATANTE.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal.

5.1.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária da CONTRATADA, que deverá fornecer seu número por escrito.

5.2. Não será admitido no curso do contrato, aumento ou reajuste de preços com periodicidade inferior a um ano, quaisquer que sejam os motivos alegados pela licitante vencedora, salvo em alguns casos de criação, alteração, extinção de tributos, encargos legais ou pela superveniência de disposições legais que comprovadamente tenham repercussão nos preços contratados, implicando a revisão destes para mais ou para menos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Prestar esclarecimentos que forem necessários à CONTRATANTE.

6.1.2. Designar um responsável que esteja apto a responder pela execução dos serviços, bem como representá-lo junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

6.1.3. Acatar as exigências da CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.4. Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, abrangendo documentação, comunicações e quaisquer outras.

6.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.6. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições exigidas na época da contratação.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. A CONTRATANTE registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

6.2.2. Aprovar a execução dos serviços;

6.2.3. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

6.2.4. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

6.2.5. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.4. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

8.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

8.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

8.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

8.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas às peculiaridades dos serviços;

8.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

8.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

8.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

8.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

8.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.1.4. Atrasos injustificados no início dos serviços;

9.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

9.1.6. Subcontratação total do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE por escrito;

9.1.7. Desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instalação de insolvência civil;

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências.

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo. Independentemente do pagamento

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses, casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR

10.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Pregão Presencial N.º 047/2022** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. 237, bem como, da fase de lance de preços inserta às fls. 236, do Processo de Compras n.º 614/2022.

9.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 20 DE MAIO DE 2022.

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

S.A.S. SUPPORT ADVANCED SECURITY EM TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME
Alex Sandro da Silva
RG: 34.676.508-0

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I – PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição Completa	Quantidade de Alunos	Valor por Aluno	Valor total
1	Contratação de curso para formação de GCM	39	R\$ 13.900,000	R\$ 542.100,00
Valor Total Global			R\$ 542.100,000	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para realização de curso de formação profissional de Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires, nas condições e especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste anexo.

2- GRADE CURRICULAR DO CURSO

2.1. Conforme Item 05 deste Termo de Referência.

3- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. A CONTRATADA deverá ministrar o Curso de Formação de GCMs, obedecendo critérios de segurança em vigor, nas aulas de armamento, munição e tiro com emprego de 02 (dois) Instrutores por turma, todos credenciados junto ao Departamento de Polícia Federal, com experiência profissional em atividades policiais e de ensino.

3.2. Fornecer Munição para a habilitação em todas as armas que a Instituição possuir, sendo 280 (duzentos e oitenta) tiros para armas curtas semiautomáticas (pistolas) por GCM, 120 tiros para armas curtas de repetição (revólveres) por GCM, 100 tiros para armas longas (Carabina CTT 40, Espingarda Gauge 12 entre outras) por GCM, bem como todas as demais métricas consignadas na Portaria nº 003-CGCSP/DIREX/PF/DF, de 3 de dezembro de 2020 para cada arma que a GCM possuir

4- ESCOPO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O curso será desenvolvido em turma única de 40 (quarenta) alunos, tendo a carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas/aula, para a formação dos futuros Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

4.2. Os pagamentos serão parciais, por mês, fracionados pelos 50 (cinquenta) dias úteis, até que se complete a quantidade estipulada na requisição, respeitando o período estimado.

5- DETALHAMENTO DAS HORAS/ AULA DIÁRIAS A SEREM CUMPRIDAS:

5.1. O período de treinamento ocorrerá no horário das 08:00h às 17:00h com intervalo de 1 (uma) hora para almoço, com 10 horas/ aula por dia, tendo cada hora/ aula a duração de 45 minutos e dois intervalos de 15 minutos (um no período da manhã e outro no período da tarde), como segue:

PROPOSTA PARA CURSO ESPECÍFICO DE FORMAÇÃO DE GCMs		
TENDO COMO BASE A GRADE SUGERIDA PELA SENASP DE 500 HORAS/ AULA - (50 dias úteis)		
MATÉRIAS		
Matéria 1 - Administração Pública e Estrutura da Secretaria		C/ H
1.1	Organograma da Secretaria e Estrutura Organizacional da GCM	2
1.2	Conceitos e Princípios do Programa de Qualidade	5
1.3	Procedimentos Administrativos (Processos Administrativos-Lei nº 4.217/98 e Noções Direito Administrativo)	5
1.3.1	Gestão e Controle de Recursos Humanos	5
1.3.2	Controle e Gestão de Material e Equipamentos	2

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1.3.3	Administração de Recursos Financeiros	2
1.4	Redação Oficial e Regras Básicas para mensagens no Outlook (Comunicação, Expressão e Escrituração Interna)	2
1.5	Corregedoria Geral e Normas Disciplinares	5
1.6	História e Organização das Guardas Municipais	5
Avaliação da Matéria 1		2
Total		35
Matéria 2 - Direitos Humanos e Ações Preventivas		C/ H
2.1	Direitos Humanos	7
2.2	Ações Afirmativas de Igualdade Racial	7
2.3	Evidências e Prevenção à Violência Doméstica - Lei Maria da Penha	7
2.4	Estatuto do Idoso	2
2.5	Estatuto da Criança e do Adolescente	2
2.6	Gênero, Discriminação e Diversidade Sexual	2
2.7	Portador de Necessidade Especiais e Políticas Públicas	1
Avaliação da Matéria 2		2
Total		30
Matéria 3 - Psicologia e Relações Sociais		C/ H
3.1	Psicologia, Controle de Estresse, Grupos Sociais	3
3.2	Relações Interpessoais, Trabalho em Equipe	3
3.3	Mediação e Cultura da Paz, O papel do GCM como Mediador de Conflitos	3
Avaliação da Matéria 3		1
Total		10
Matéria 4 - Legislação Penal		C/ H
4.1	Sistema Brasileiro de Segurança Pública	2
4.2	Noções de Direito Penal	10
4.3	Noções de Direito Processual Penal	5
4.4	Estatuto do Desarmamento	5
4.5	Noções e Legislações Específicas (Lei 13.022)	2
Avaliação da Matéria 4		1
Total		25
Matéria 5 - Direito Constitucional e Legislação Municipal		C/ H
5.1	Princípios Constitucionais	5
5.2	Direitos e Garantias Individuais e Coletivas	2
5.3	Const. Estadual/ Lei Orgânica do Município/ Plano Diretor/ Lei de Uso e Ocupação do Solo	2
Avaliação da Matéria 5		1
Total		10

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Matéria 6 - Técnicas Operacionais		C/ H
6.1	Prática Operacional	40
6.1.1	Ações Estratégicas para Desordem Urbana	2
6.1.2	Ações Operacionais e Inteligência	5
6.2	Registro de Ocorrência e RAS	2
6.3	Radiocomunicação	3
6.4	Práticas de Policiamento Comunitário	3
6.5	Mediação e Resolução de Conflitos	3
Avaliação da Matéria 6		2
Total		60
Matéria 7 - Sistemas de Apoio Operacional		C/ H
7.1	Comunicação, Videomonitoramento e Outras Tecnologias	4
7.2	Observatório de Segurança/ Violência/ Vulnerabilidade/ Criminalidade e Infocrim	4
Avaliação da Matéria 7		2
Total		10
Matéria 8 - Controle de Distúrbio Civil		C/ H
8.1	CDC	16
Avaliação da Matéria 8		4
Total		20
Matéria 9 - Postura e Atitude		C/ H
9.1	Princípios de Hierarquia e Disciplina	3
9.2	Chefia, Liderança e Ética Profissional	3
9.3	Regulamento de Continência Honra, Sinais de Respeito e Cerimonial da GCM	2
9.4	Regulamento de Uniformes da GCM	1
Avaliação da Matéria 9		1
Total		10
Matéria 10 - Defesa Pessoal, Atividade Física, Qualidade de Vida e Treinamento Funcional		C/ H
10.1	Defesa Pessoal, Atividade Física e Qualidade de Vida	34
10.2	Treinamento Funcional e Condicionamento Físico	20
Avaliação da Matéria 10 TAF (*1 e *2)		6
(*1) Teste de Capacitação Física		-
(*2) Prova Teórica e Prática de Defesa Pessoal		-
Total		60
Matéria 11 - Ordem Unida		C/ H
11.1	Ordem Unida	19
Avaliação da Matéria 11		1

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Total		20
Matéria 12 - Primeiros Socorros, Combate a Incêndios e Defesa Civil		C/ H
12.1	Primeiros Socorros	20
12.2	Combate a Incêndios e Defesa Civil	8
Avaliação da Matéria 12		2
Total		30
Matéria 13 - Trânsito		C/ H
13.1	Legislação	15
13.2	Rotinas de Fiscalização de Trânsito	7
13.3	Convênios/ Estudos de Caso	6
Avaliação da Matéria 13		2
Total		30
Matéria 14 - Legislação Pertinente a GCM		C/ H
14.1	Estatuto do Servidor Municipal (Lei nº 4.217/98)	1
14.2	Criação da Guarda Municipal Município (Lei nº 348/60 c/c 2.584/84)	1
14.3	Plano de Carreira da GCM (Lei Municipal nº 6.093/16 c/c 6.192/18)	1
14.4	Institui os Símbolos da GCM (Decretos 6.627/16; 6.699/20; 6.990/20; 7.077/20; 7.084/20 e Lei nº 6.489/20)	1
14.5	Regulamento Disciplinar da GCM (Lei nº 6.439/19 c/c Decreto 5.038/01)	1
14.6	Horário de Funcionamento dos Bares no Município (Lei Seca)	1
14.7	Controle Sonoro (Lei nº 4.855/05; 4.946/06; 5.307/09 e 6.618/21)	1
14.8	Sinais Sonoros em Veículos	1
Avaliação da Matéria 14		2
Total		10
Matéria 15 - Emprego de Armamento e Tiro Policial		C/ H
15.1	Introdução ao uso da Arma de Fogo	10
15.2	Introdução para o Tiro (regras de segurança, principais peças de cada armamento)	10
15.3	Habilitação ao Uso de Arma Curta - Revólver .38	20
15.4	Habilitação ao Uso de Arma Curta - Pistola Calibres .380 e 9mm	50
15.5	Habilitação ao Uso de Arma Longa - Espingarda Gauge 12	10
15.6	Habilitação ao Uso de Arma Longa - Carabina CTT .40	30
Avaliação da Matéria 15		10
Total		140
TOTAL GERAL		500 H/A

A duração da hora/ aula estabelecida pelo MEC é de 45 minutos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

CONTRATADO: S.A.S. SUPPORT ADVANCED SECURITY EM TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 212/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso de formação de Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 20 de Maio de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Clóvis Volpi
Cargo: Prefeito
CPF: 040.664.058-00

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior
Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil
CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

Pelo CONTRATADO:

Nome: Alex Sandro da Silva

Cargo: Sócio Administrador

CPF: 288.606.778-40

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____